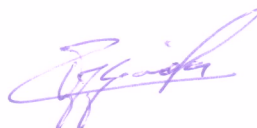


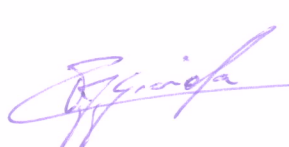
## PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA VERTENTES DO RIO GRANDE - CBH GD2

1 Ata da 40ª Reunião Ordinária realizada no dia 29 de outubro de 2018

2 Aos 29 de outubro de 2018, às 14h, reuniu-se em plenária o Comitê da  
3 Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande - CBH GD2 para realização da  
4 40ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio  
5 Grande, no auditório do SENAI, situado à Praça Senhor Bom Jesus de  
6 Matosinhos, 1, Bairro Matosinhos, São João del-Rei, MG. Compareceram os  
7 seguintes conselheiros titulares e suplentes: **Representantes do poder**  
8 **público estadual:** Geraldo Demeralino Sabino (EMATER), Reginaldo da  
9 Silva Alves (IEF), Edilson G. de Resende (PMMG  
10 Ambiental), **Representantes do poder público municipal:** Gustavo  
11 Alvarenga Rodrigues (Prefeitura Municipal de Lavras), Antônio Sebastião  
12 Ferreira Lima (Prefeitura Municipal de Carandaí), Carlos Eduardo da Silva  
13 Braga (Prefeitura Municipal de São João del-Rei), **Representantes dos**  
14 **usuários de recursos hídricos:** Lucas de Souza Oliveira (SAAE – Oliveira),  
15 Rachel Tre (SAS - Barbacena), Cyro Drumond Colares Moreira  
16 (LafargeHolcim), Paulo Ernani Martins Ferreira (AMG Mineração), Deivid  
17 Lucas de Oliveira (FIEMG), **Representantes de entidades da sociedade**  
18 **civil:** Sálvio Macedo (UFSJ), Maria das Graças Alves Costa (IFSudeste MG),  
19 Adriano Valério Resende (Ong - IRIS), Paulo César José Giarola (ARPA  
20 SJDJR), **Convidados:** Luciano Rocha (representante da Mineração  
21 Jundu Ltda), Maria Conceição S. Bittencourt (CERN Consultoria Jundu),  
22 Edimara Rodrigues (representante da CEMTAL Mineração & Transportes  
23 Ltda), José Maria de Melo (representante da CEMTAL Mineração &  
24 Transportes Ltda). Não houve justificativa das ausências dos titulares. A  
25 pauta de reunião contou com os seguintes pontos: **1) Apreciação do**  
26 **Parecer emitido pela CTOC sobre o processo de Outorga N° 04697/2017**  
27 **Parecer 0492228/2018, rebaixamento de nível de água subterrânea da**  
28 **Mineração Jundu, Apreciação do Parecer emitido pela CTOC sobre o**  
29 **processo de Outorga N° 40.498/2016 Parecer N° 0673615/2018,**  
30 **rebaixamento de lençol freático da Cemtal Mineração & Transportes**  
31 **Ltda, 2) Aprovação das Atas da 39ª Reunião Ordinária e da Reunião**  
32 **Extraordinária, 3) Aprovação do Ad Referendum da Deliberação**  
33 **Normativa 23/2018 Recomposição da Câmara Técnica de Outorga e**  
34 **Cobrança - CTOC GD2 – 2018,**



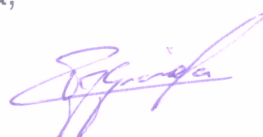
35 **4) Assuntos Gerais (Aprovação do Calendário 2019; Avaliação do Plano**  
36 **de Trabalho para 2019; ENCOB 2018; Fórum Mineiro dos Comitês de**  
37 **Bacias);Encerramento.** Assuntos em Pauta: Foi verificado o quórum pelo  
38 presidente do comitê Adriano Valério, fez considerações a respeito das  
39 pautas da reunião e posteriormente feito agradecimento à presença de  
40 todos. O presidente iniciou a reunião com a 1ª pauta: apreciação dos 2  
41 pareceres. Ele passou a palavra para o conselheiro Deivid (Fiemg),  
42 coordenador da CTOC que fez as considerações a respeito dos 2 processos  
43 analisados pela câmara técnica e passou a palavra ao Gestor Ambiental da  
44 SUPRAM – SM Varginha, Wagner Massote Magalhães que deu início à  
45 explanação do parecer da Mineração Jundu dizendo que se trata de uma  
46 renovação e retificação de portaria para aumento de vazão de 20 m<sup>3</sup> para  
47 100 m<sup>3</sup> durante 24 h por dia, anualmente pois a empresa já havia realizado  
48 rebaixamento. Descreveu os tipos de aquíferos e os poços tubulares da  
49 empresa. Também explicou sobre a utilização da água que é para a  
50 umidificação das vias para diminuir a poeira e o restante é descartado nos  
51 cursos d'água. O conselheiro Reginaldo (IEF) questionou ao Gestor se com  
52 o aumento de vazão o usuário estaria captando mais do que o necessário  
53 com a disponibilidade hídrica. O técnico respondeu que não  
54 necessariamente vai ser usada toda essa quantidade e que para isto existe  
55 o monitoramento para controlar o uso e além disso as empresas prestam  
56 conta com relatórios anuais. O conselheiro Deivid (Fiemg) comentou a  
57 respeito dos processos de outorga remetidos ao comitê para apreciação da  
58 câmara técnica durante a última reunião da CTOC e que também os outros  
59 membros solicitaram ao técnico da Supram que constem as diretrizes do  
60 plano diretor da bacia. O conselheiro Reginaldo (IEF) indagou ao técnico e  
61 aos consultores se havia alguma reclamação de falta de água no entorno da  
62 empresa. Os responsáveis pela empresa responderam que não tem notícia  
63 a respeito do assunto e que os monitoramentos feitos não constam a falta  
64 de água. O conselheiro Paulo César relatou que houve uma demanda por  
65 intermédio dos vereadores de uma denúncia na Secretaria do Meio  
66 Ambiente de São João del-Rei de falta de água nos poços da região do  
67 entorno da empresa, que estão secando e acredita-se que seja pelo uso da  
68 água pela mineradora. Ele disse que ficou sabendo que a associação de  
69 moradores da comunidade já entrou na justiça para levantar os motivos e  
70 solicitou as providências. O técnico disse que qualquer pleito da  
71 comunidade é legítimo e que



72 pode ser encaminhado para o setorda Supram que faz as fiscalizações  
73 quando solicitada. O conselheiro Gustavo fez uma citação a respeito das  
74 diretrizes do plano diretor e também à Lei Federal N° 9.433, de 8 de janeiro  
75 de 1997, da Política Nacional de Recursos Hídricos que estabelece como  
76 uso prioritário o consumo humano. Também falou sobre um processo  
77 semelhante no GD1 que eles fizeram uma visita no local com  
78 representantes da câmara técnica vinculado a cada parecer e sanar as  
79 dúvidas referentes ao processo verificando as instalações,  
80 equipamentos, etc. O consultor da empresa questionou se existe algum  
81 documento referente a esta demanda. O conselheiro Paulo César  
82 respondeu que segundo ficou sabendo a associação está se organizando  
83 para resolver a questão de falta de água. O técnico reafirmou que a Supram  
84 fiscaliza os empreendimentos e que o monitoramento feito durante o  
85 processo não apresentou anormalidade. Também disse que pode ocorrer  
86 falta de água devido a captação pela empresa na cava. Outros conselheiros  
87 também questionaram a respeito da falta d'água na comunidade, sobre o  
88 possível conflito gerado entre a empresa e os moradores, soluções para  
89 amenizar a situação e também sobre o monitoramento dos poços do  
90 entorno. Os conselheiros sugeriram que se formasse uma comissão de  
91 moradores para reivindicação na próxima reunião plenária. Foi solicitada a  
92 votação aos conselheiros que sugeriram consultar o plano diretor para  
93 analisar os processos, fazer menção ao plano, recomendar o prazo semanal  
94 para monitoramento e relatório anual remetido a Supram. Foram lidas as  
95 condicionantes com as alterações para a plenária e foram sugeridas  
96 algumas mudanças e ressalvas. Segundo a plenária ficou acordado o  
97 seguinte: na condicionante N° 3 sugere o prazo semanal para  
98 monitoramento a partir do recebimento de AR do certificado de outorga,  
99 inclusão de 2 (duas) condicionantes: apresentar estudo viabilidade de reuso  
100 de parte da água para abastecimento da comunidade e realizar reunião  
101 pública junto a comunidade local, com participação dos membros do comitê  
102 para apresentar informações técnicas sobre o rebaixamento e possíveis  
103 impactos nos poços particulares do entorno. O presidente solicitou a  
104 plenária a votação que teve um voto contrário do conselheiro Carlos  
105 Eduardo (Prefeitura Municipal de SJDR) e os outros conselheiros foram  
106 favoráveis ao parecer da outorga da empresa com as condicionantes  
107 sugeridas durante o decorrer a reunião. Logo em seguida apresentou o  
108 parecer da Cemtal Mineração também explicando o tipo de aquífero,



109 o processo de captação da água que é feito durante o expediente durante 9  
110 horas diárias, sobre a finalidade do uso da água que é para lavagem do  
111 minério antes da britagem, aumidificação das vias para diminuição da poeira  
112 e o excedente que é descartado nos rios Açude e Laranjeiras através de um  
113 canal e retorna para uma várzea dentro do empreendimento. Foi solicitada a  
114 votação com as seguintes ressalvas: monitoramento diário e relatório anual  
115 de acordo com a condicionante Nº 6, análises físico-químico da qualidade  
116 da água com 2 pontos de coleta: sendo 1 (um) antes e outro depois dos rios  
117 com análises. O presidente solicitou a votação da plenária que votou com  
118 unanimidade pela liberação da outorga da empresa. O presidente  
119 agradeceu a presença do técnico e dos consultores da empresa. A seguir  
120 passou a palavra ao conselheiro Paulo Ernani, representante da AMG, para  
121 fazer um convite à plenária para realização de audiência pública referente a  
122 DN 225 solicitada a Supram para os interessados em participar da discussão  
123 sobre o conteúdo do licenciamento do processo de outorga da empresa nos  
124 Municípios de Nazareno e São Tiago. Houve 8 solicitações de interessados  
125 em participar. Foram divulgados num jornal, disponibilizados no site da  
126 empresa em várias plataformas os estudos de impacto do empreendimento.  
127 Também fez referência ao comitê no período da deliberação há 2 anos. Fez  
128 o convite para a audiência no dia 21 de novembro de 2018, às 19 h na  
129 quadra do Rosário, Rua José Izidio de Souza ao lado campo do Fabril cujo  
130 objetivo do projeto é o alteamento da barragem de resíduos, disposição de  
131 uma pilha de estéril e alteração da geometria da cava. Relatou também  
132 sobre os impactos ambientais e os meios de mitigação dos mesmos. Ele  
133 agradeceu a todos e reiterou o convite. Logo em seguida, passou-se para o  
134 **2º ponto** da reunião, a aprovação da 39ª Ata da Reunião Ordinária do dia  
135 29 de junho de 2018. Foi feita a leitura da mesma, feitas as correções  
136 necessárias e solicitada em votação para a plenária que aprovou com  
137 unanimidade. Seguindo a reunião, foi feita a leitura da Deliberação  
138 Normativa Nº 23 de Recomposição da Câmara Técnica de Outorga e  
139 Cobrança, terceiro ponto da reunião que foi lida e solicitada para a plenária  
140 a votação que foi aprovada por unanimidade. O presidente pediu aos  
141 conselheiros que fossem postas em pauta para a próxima reunião os outros  
142 pontos devido ao adiantado da hora, pois desta maneira não haveria tempo  
143 para as outras votações. Ao fazer o encerramento da reunião, o presidente  
144 recebeu a informação da chegada de uma moradora do entorno da  
145 Mineração Jundu representando a comunidade. Ele pediu a plenária a  
146 inclusão na pauta da reunião para o relato dessa denunciada falta de água  
147 nas imediações da empresa. O presidente passou a palavra para a  
148 moradora Gircélia Andrade Carvalho que fez a denúncia de falta d'água no  
149 local. Segundo ela, existem cerca de 50 a 60 casas no local que estão  
150 passando necessidades por falta de água,



151 os poços estão secos e tem pessoas usando até água da chuva. Ela disse  
152 que a cisterna dela tem 32 metros e está sem água. Ela disse que os  
153 moradores procuraram a direção da empresa para tomar providências,  
154 fizeram uma reunião com os representantes que ficaram de ajudar e foram  
155 orientados a formar uma associação. A direção da empresa ficou de resolver  
156 a situação dos moradores, disponibilizou água para a comunidade e depois  
157 parou de fornecer e até agora nada foi feito. O Presidente Adriano  
158 perguntou a ela o que a empresa prometeu de ajuda. Ela disse que a  
159 empresa ficou de resolver o problema, mas logo depois houve mudança na  
160 direção da empresa e nada foi resolvido. Os conselheiros perguntaram a ela  
161 desde quando está ocorrendo a falta de água. Ela respondeu que há uns 3  
162 anos que as cisternas estão secando. O conselheiro Gustavo declarou que  
163 nada justifica o silêncio da empresa nesta situação, uma questão de saúde  
164 pública, que o poder público, Prefeitura, Damae tem como prioridade para  
165 resolução do problema e a outorga não deveria ser liberada neste  
166 caso. Outros conselheiros também se manifestaram sobre o ocorrido e  
167 também deram suas opiniões, sugestões e questionamentos sobre a  
168 questão de falta d'água. Ficou acordado na plenária uma reunião  
169 extraordinária com os moradores do entorno da mineração, representantes  
170 da empresa e o técnico da Supram para esclarecimentos e reavaliação da  
171 outorga. **ENCERRAMENTO:** O Presidente Adriano encerrou a reunião  
172 agradecendo a presença de todos. Eu, Laércio Antônio Chitarra, Auxiliar  
173 Administrativo CBH GD2, lavrei a presente ata, aos 29 de outubro de 2018,  
174 sendo posteriormente encaminhada aos membros do Comitê GD2 – para  
175 aprovação na reunião plenária seguinte.

176 São João del-Rei, 29 de outubro de 2018

177



Adriano Valério Resende

178

Presidente do CBH Vertentes do Rio Grande

179

180



Paulo César José Giarola

181

182

1º Secretário do CBH Vertentes do Rio Grande